

Artigo



CAIXEIROS E OPERÁRIOS: RELAÇÕES DE TRABALHO E SOCIABILIDADE NO RIO DE JANEIRO DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Fabiane Popinigis*

Resumo

Este artigo procura contrapor abordagens referentes ao emprego dos conceitos de classe e consciência de classe através da análise da situação dos empregados no comércio do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX.

Palavras-chave: Caixeiros - Empregados do comércio - Relações de trabalho - Rio de Janeiro - Consciência de classe.

Abstract

This article attempt to compare approaches concerning the use of class and class consciousness concepts trough an analyses of the situation of commerce employees in Rio de Janeiro during the end of the nineteen century and beginning of the twenty century.

Keywords: Clerks - Commerce employees - Labour relations - Rio de Janeiro - Class concept

Introdução

Em 1880/81 e mais tarde, em 1889/90, a correspondência da câmara municipal do rio de janeiro avolumou-se em função das inúmeras cartas, enviadas por caixeiros, que expressavam o desejo de que fosse definitiva-

* Doutoranda em História Social pela UNICAMP.

mente aprovada a lei que regulamentaria o trabalho no comércio. Argumentavam, elogiavam, pediam, exigiam. Utilizavam-se de discurso então vigente e aceitável: durante o império, um modelo, que exaltava o imperador e as virtudes e caridade cristãs; na vigência da república, outro, com direito a todas as formalidades republicanas, incluindo as saudações “ao cidadão” e finalizando com o “saúde e fraternidade”. Em 1906, os jornais diários de grande circulação, como o *Correio da Manhã*, o *Jornal do Commercio* e a *Gazeta de Notícias*, informavam que grupos de caixeiros saíam às ruas, para abordar uma por uma das casas comerciais que ainda se encontravam abertas após as oito horas da noite. Segundo esses jornais, que simpatizavam com o movimento dos “honestos moços”, eles iam “educadamente” pedir ao patrão que acatasse o movimento e fechasse as portas do seu estabelecimento àquele horário. Mas nem sempre as relações eram corteses e não poucas vezes essas andanças terminaram em confusão, quando o patrão se recusava a fechar ou enganava os caixeiros, reabrindo a loja assim que eles saíam. Mas a estratégia de “convencimento” dos patrões que os caixeiros puseram em prática surtiu efeito, pois reforçava o tradicional movimento pelo fechamento das portas às oito horas da noite. Este acordo tácito já era respeitado e posto em prática em muitas lojas, nas quais os patrões haviam cedido à pressão das reivindicações. Isso fazia com que estes últimos pressionassem seus colegas proprietários, para que não tivessem desvantagem nos lucros, com relação às lojas que ficassem abertas após aquele horário.

Como essas, várias outras estratégias foram utilizadas pelos caixeiros na tentativa de alcançar seus objetivos. A principal reivindicação era a diminuição do horário de trabalho dos dias da semana, dos domingos e feriados e, mais tarde, a regulamentação disso por lei. Após muitas idas e vindas, o projeto de lei que regulamentava o horário de trabalho no comércio, foi aprovado em 1911 e foi recebido com festa pela pomposa associação dos empregados no comércio do rio de janeiro, com direito ao discurso proferido por coelho neto. Outras entidades – classistas e menos ilustres, como a União

FABIANE POPINIGIS

dos Empregados do Comércio e a Fênix Caixeiral – consideraram a abrangência da lei muito aquém de suas pretensões. Ela entrou em vigor no ano de 1912. (Popinigis, 1999)

Durante esse percurso, houve momentos – como o que analisaremos aqui – em que o movimento caixeiral exerceu forte atração para a militância operária, a qual tentou aproximá-lo de suas próprias organizações. Algumas vezes os próprios caixeiros se afirmaram parte de um grupo mais abrangente: com objetivos diversos, equipararam-se aos operários e afirmaram-se “proletários”.

Os indicadores do nível de consciência que uma classe tem de si mesma e de qual o estágio em que se encontra não tem medidores objetivos e padronizados. O que se pode observar é a experiência comum dos indivíduos que vivenciam situações cotidianas semelhantes de opressão, tendo a oportunidade de criar laços de solidariedade e identidade de interesses em torno de objetivos específicos em determinadas situações de conflito.

Pode se sugerir que o contexto em questão, de organização de um grupo de trabalhadores em torno de objetivos claros durante décadas consecutivas, não deveria ser ignorado enquanto movimento de classe. Este ponto, entretanto, tem sido bastante discutido por cientistas sociais e historiadores marxistas. Levando-se em conta que esse ângulo de abordagem suscita inúmeras interpretações e discordâncias, retornaremos aos pontos da discussão que são de relevância direta para o desenvolvimento da argumentação que aqui se pretenderá sustentar.

O objetivo deste artigo, portanto, é contrapor abordagens referentes ao emprego dos conceitos de classe e consciência de classe através da análise da situação dos empregados no comércio do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX. A pesquisa procurou explorar a teia de relações sociais desenvolvidas pelos caixeiros num contexto de construção de diversos tipos de identidade, inclusive a de classe, em torno da qual grande parte deles se uniu. Mais especificamente, pretendemos desenvolver a análise das motivações dos grupos envolvidos neste movimento de aproximação e suas relações internas em 1911.

1. A influência das questões nacionais e étnicas no processo de organização da classe - caixeiros e patrões

A questão da interferência do conflito entre identidades nacionais e étnicas na organização dos trabalhadores foi muito discutida na produção historiográfica brasileira.¹ Sidney Chalhoub procurou analisar populares em outras situações, além daquelas enfrentadas no local de trabalho ou nas organizações sindicais e afins. Através da análise de processos criminais, ele encontrou os trabalhadores envolvidos em conflitos que os obrigavam a lidar com as diferenças construindo relações de solidariedade e/ou rivalidade (Chalhoub, 1986). Gladys Sabina Ribeiro, por sua vez, abordou essa questão do ângulo da imigração portuguesa e o desenvolvimento das relações sociais desses trabalhadores no Rio de Janeiro em fins do século dezenove e início do vinte. (Ribeiro, 1989) Para ela, muitas vezes os empregados portugueses experimentavam a exploração sob o teto “paternalista” do patrão, por outro lado, a aparente submissão dos portugueses à ideologia do trabalho podia representar uma estratégia de sobrevivência. Tal comportamento, segundo ela, colaborou para acirrar o antilusitanismo no Rio de Janeiro de fins do século XIX e início XX. Muitos empregadores preferiam portugueses recém-chegados da terra natal ou mesmo já residentes no Brasil, por causa da fama de bons trabalhadores que possuíam. Segundo Ribeiro, essa fama poderia ter algum fundamento partindo do princípio de que brasileiros e portugueses no Brasil haviam construído significados distintos para o trabalho: “Para os portugueses, como vimos, o trabalho estava relacionado à ascensão social e à sua integração à nova sociedade.” (cf.: Ribeiro, 1989: 46) A noção dos brasileiros, por outro lado, teria sido marcada pela escravidão e eles tinham

¹ Ver também Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro, onde afirmam que as diferenças de nacionalidade colaboraram para a criação de cisões no interior do movimento operário brasileiro (Hall e Pinheiro 1985). Mais recente, o texto de Maria Cecília Velasco e Cruz trata da organização dos trabalhadores em trapiche de café do Rio no início do século XX em torno de seus interesses e necessidades de trabalho, a partir de diferentes referenciais étnicos e de classe (Cruz 2000).

uma outra visão do que seria “aproveitar bem o tempo”. (cf.:Ribeiro, 1989: 47) Além disso, outro motivo dessa preferência é que os patrões muitas vezes eram portugueses bem- estabelecidos que queriam prestar auxílio aos seus conterrâneos. O pequeno comércio – principalmente o de secos e molhados – era predominantemente dominado por portugueses.² Novamente a afirmação de que tais divisões e conflitos étnicos e nacionais na esfera do trabalho contribuíram muito para o enfraquecimento do movimento operário. Enfim, as classes dominantes teriam conseguido incorporar aos trabalhadores uma certa ideologia do trabalho, criando-se então uma identidade para as classes trabalhadoras. Para Ribeiro, portanto, o movimento operário teria sucumbido nesse jogo de forças de “reações e concessões” enquanto “seus anseios e aspirações foram sendo reelaborados pelas classes dominantes”. (cf.:Ribeiro, 1989: 61)

Em “Qual é o país dos trabalhadores?” (Hobsbawm, 1987), Hobsbawm afirma que as “outras espécies de consciência” tenderiam a se sobrepor à consciência de classe dos trabalhadores. Neste caso o autor refere-se, mais especificamente, à questão dos trabalhadores irlandeses na Inglaterra para analisar as diferenças nacionais e religiosas que fomentaram cisões nas iniciativas de movimentos de classe. A partir daí, ele procura tratar do cruzamento das identidades de classe com outros tipos de identidades (como as étnicas, nacionais e religiosas), para ressaltar que elas não se excluem mutuamente e que, muito ao contrário de apresentar características estáticas, mudam com o passar do tempo e do contexto de ação:

“Assim, praticamente todas as classes operárias denominadas ‘nacionais’ consistem em um quebra-cabeças de grupos heterogêneos.” (Cf.: Hobsbawm, 1987: 82)

² Luiz Felipe de Alencastro também aponta a predominância dos lusos no comércio (não só o varejista) como um dos grandes motivos do antilusitanismo no período de 1850-1872, já que isso privava às classes médias brasileiras o acesso aos raros empregos disponíveis no meio urbano: “Recrutando seus sucessores junto aos parentes portugueses mais próximos, esses comerciantes reproduzem-se dentro de um universo bem delimitado, cujo centro financeiro e comercial situa-se no Porto e cujas bases demográficas encontram-se na província do Minho” (Alencastro 1988: 33).

Os movimentos políticos tenderiam, de acordo com a experiência histórica, a vir de fora da classe operária, tentando, no entanto, atraí-la para interesses que não fossem os seus. Assim, os conflitos não se dariam mais entre a classe explorada e a classe proprietária, mas entre “nacionais” e “estrangeiros”, o que estaria em desacordo com a consciência de classe à qual Hobsbawm se refere:

“A unidade de todos os trabalhadores é um trunfo evidente quando eles entram em greve por razões econômicas e, embora para outras finalidades eles possam considerar-se, principalmente, como católicos ou protestantes, pretos ou brancos, poloneses ou mexicanos, é aconselhável pôr de lado essas discriminações para fins tais como pedir salários mais altos”. (Cf.: Hobsbawm, 1987: 89)

Aqui, o autor exemplifica a possibilidade de cruzamento de diversos tipos de identidades. Algumas, no entanto, são sobrepostas por outras que aglomeram determinado interesse numa situação específica, por exemplo, numa greve, por razões econômicas, a consciência espontânea poderia sobrepor-se a outros tipos de interesses. Isso seria um primeiro momento da consciência de classe e não necessariamente “consciência socialista” da classe.³ Isso

³ Daniel Bensaid cita passagens de *A Miséria da Filosofia*, para tentar nortear um sentido controverso para as categorias de classe em si e classe para si: ao mesmo tempo em que, pela própria oposição ao “capital”, um determinado grupo de indivíduos já formaria uma classe, uma “classe em si” seria capaz de adotar objetivos políticos. E o que seriam esses objetivos políticos? Uma ilustração tirada por Bensaid do texto de Marx: “a tentativa, por exemplo, de arrancar uma limitação do tempo de trabalho numa única usina e a capitalistas individuais, através de greves, é um movimento puramente econômico, mas o movimento que visa a impor uma legislação que estabelece a jornada de oito horas é um movimento político”³. Bensaid arremata: “Heterogênea e desigual, a consciência é inerente ao conflito que começa com a venda da força de trabalho e a resistência à exploração. E que não cessa mais.”³ Com isso, Bensaid considera que, desde que os indivíduos estejam mergulhados numa relação que suponha a venda da força de trabalho por uma das partes, algum tipo de consciência existe, como o próprio conflito que nasce desta mesma relação. Para este autor, portanto, classe, consciência e luta de classes, afloram em sincronia, ainda que possam se manifestar em diferentes níveis. (Cf. Bensaid 1999: 245).

FABIANE POPINIGIS

porque a unidade das classes e nações não seria definida pela sua homogeneidade interna, e sim pelo que elas têm em comum no contraste com outros grupos. (Cf.: Hobsbawm, 1987:96) O fato de que a identidade de uma classe não seja homogênea não impediria o desenvolvimento da consciência da classe operária, “inevitável e essencial”, mas não geraria “automaticamente partidos de massa com uma consciência socialista”. No entanto, Hobsbawm observa com pesar que esta é “politicamente secundária quanto a outras espécies de consciência”, como aquela gerada por identidades étnicas, nacionais ou religiosas, o que constantemente dificultaria a formação de uma consciência de classe mais desenvolvida.⁴

O mesmo autor inspirou-se no polêmico *História e Consciência de Classe* de George Lukács para escrever o texto “Notas sobre a consciência de classe”. (Hobsbawm, 1987). Nessa obra, Lukács faz uma distinção entre consciência de classe efetiva e consciência de classe atribuída. Enquanto a primeira é inspirada numa generalização da realidade empírica, a segunda seria um modelo teórico abstrato ideal, ou seja, onde os homens pensariam de acordo com a estrutura social à qual corresponderiam seus interesses: “Em outras palavras, trata-se do que, digamos, um burguês ou um proletário idealmente racionais pensariam.” (cf.: Hobsbawm, 1987: 37)

Como Thompson, ele considera que o termo classe pode assumir dois significados: o de uma realidade histórica imediata, ou como conceito meramente analítico para as épocas pré-capitalistas. Portanto, a ausência de classe no sentido moderno não significaria a ausência de classes e de conflitos

⁴ Segundo Bensaid, Marx considera que as determinações de classe não são únicas e nem excludentes: existem outras conflitualidades, pois o fato da dominância de um determinado modo de produção não homogenizaria ou sincronizaria todas as contradições. Esses conflitos seriam transversais às relações de classe e seria necessário determinar se essa forma de conflitualidade (a luta de classes) desenvolveria uma “lógica de liberação superior a outras formas, religiosas ou comunitárias, de confrontos.” E Bensaid prefere não se pronunciar enfaticamente a respeito dessa questão espinhosa, deixando-a em aberto. (Cf. Bensaid 1999: 250).

de classes. A partir deste ponto, Hobsbawm se distancia de Thompson: “A escala da consciência de classe moderna é maior do que no passado, mas é essencialmente ‘nacional’, e não global.” (Cf.: Hobsbawm, 1987: 48) A consciência de classe do proletariado teria níveis de desenvolvimento, sendo o primeiro deles a associação sindical em bases econômicas, a consciência de classe no sentido “óbvio”, que seria a “consciência ‘sindical’ espontânea”, ou seja, na sua “forma reformista moderada”. A “consciência socialista” seria um complemento desta. Mas, em ambos os níveis, a consciência de classe exige uma organização formal, sem a qual ela não seria nada mais do que “um conjunto de práticas e hábitos informais”(cf.: Hobsbawm, 1987: 48, 49)

No caso dos caixeiros cariocas e o problema da “falsa consciência”, vemos que Lenira Menezes Martinho nega aos mesmos qualquer tipo de consciência de classe. (Martinho, 1993) A pesquisa de Martinho refere-se à situação dos caixeiros no período imperial (do início até a metade do séc. XIX) e, portanto, abrange um período anterior ao abordado por Ribeiro no texto citado. Para esta autora, os empregados assumiam os valores do patrão e criavam solidariedades verticais, o que teria impedido relações mais estreitas com os companheiros de trabalho. A vida do caixeiro seria então um ideal de ascetismo e dedicação ao trabalho e ao patrão, o que, consequentemente, teria impedido solidariedades de classe. Segundo Martinho, as sociedades fundadas neste período esforçavam-se por limitar-se ao aspecto econômico da questão para não criar querelas com os patrões, aos quais, conclui, eram solidários. De acordo com esta interpretação, a consciência “vertical” dos caixeiros impediria que enxergassem sua condição de explorados e, uma vez mais, lhes negaria qualquer “estádio” de consciência de classe.

Teriam estes trabalhadores de diferentes nacionalidades (na grande maioria, portugueses e brasileiros), com interesses distintos, sido despedidos de suas próprias identidades em detrimento de uma outra, criada e imposta a eles? Ou ainda, teriam eles adotado o modo de vida dos patrões, cegos à própria exploração?

FABIANE POPINIGIS

Talvez possamos formular uma interpretação diferente do comportamento dos caixeiros, se partirmos de outros pressupostos para analisar a literatura do período.

2. Em busca da “classe ideal”

Uma das razões do texto “Algumas observações sobre classe e falsa consciência” (Thompson, 1989B, vol. II) é a negação de seu próprio título. Segundo Thompson, a expressão “falsa consciência” não faz sentido algum. Para este autor as classes se formam na luta porque é aí que se identificam antagonismos e identidades.⁵ É na luta comum, que as une contra interesses antagônicos, que as pessoas começam a se perceber como classe. O proletariado, se definido assim, não pode ser privado de consciência de classe. Qualquer grupo que antagonize com outros grupos em torno de seus interesses possui algum tipo de consciência correspondente, ainda que esta não seja a consciência atribuída a uma classe operária ou ao proletariado maduro. Percebemos, portanto, que, embora reconheça os diferentes “graus” das consciências de classe atribuídas a diversos grupos de trabalhadores, o historiador não valida a imputação de valores a essas posições. Por isso, Thompson rejeita a noção de “falsa consciência” que pressupõe um tipo de consciência que é certo, e o outro que é errado. Esta polarização parte da analogia da estrutura social base/superestrutura, que é considerada pelo autor uma fonte criadora de confusões, lamentáveis compartimentações e valorações distorcidas: a classe em si,

⁵ “Uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma. De outro modo, não é, ou não é ainda, uma classe. Quer dizer, não é ‘algo’ ainda, não tem espécie alguma de identidade histórica... Mas dizer que classe no seu conjunto tem consciência verdadeira ou falsa é historicamente sem sentido... Ela não pode ser verdadeira nem falsa. É simplesmente o que é.” E ainda: “Não podemos ir além pensando que, se estas ilusões fossem superadas, se enfim, a consciência fosse ‘desmistificada’, daí emergiria uma ‘verdadeira’ consciência, o que podemos extrair de um modelo platônico dissimulado, um projeto daquilo que a consciência deveria ser. Para este, as classes mesmas e suas ações deveriam ter sido diversas.” (Thompson 1998A:106).

no nível da base se traduziria em consciência de classe ou classe para si, caso chegasse ao nível da superestrutura.⁶ Ou seja, a posição e a ação da classe estariam irrevogavelmente amarradas e determinadas diretamente à sua base material, enquanto as definições superestruturais viriam como conseqüências dessa relação primeira e o sujeito histórico, novamente, não teria vez.⁷

Ainda se esforçando para desatar os nós que pudessem prender os movimentos e as ações dos trabalhadores, negando-lhes assim o *status* de agentes históricos, Thompson travou luta contra a utilização de modelos e categorias rígidas e a-históricas pelos intelectuais marxistas.⁸ Em conhecida

⁶ Ver Wood 1990.

⁷ Rechaçando a utilização determinista do conceito de luta de classes, o inglês se aproxima do Marx de *O Dezoito de Brumário* (Marx 1997) e de *As lutas de classes na França* (Marx 1986), bem como dos conceitos desenvolvidos em *A Ideologia Alemã* (Marx e Engels 1999). Marx não apenas evita utilizá-los de forma mecânica, como procura dar fluidez à análise do processo histórico, real e empírico. Além disso, atrela-o e condiciona-o à base material e causal das determinações estruturais do processo histórico, sem, porém, jamais reduzir as possibilidades da ação humana dentro deste mesmo processo. Marx escreveu que “as circunstâncias fazem os homens assim como os homens fazem as circunstâncias” e, embora tenha esclarecido que existem condições materiais específicas (determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas) para a transformação radical da sociedade, esta só poderá ser alcançada através da ação humana no contexto determinado. A revolução que levará ao comunismo, portanto, só se realizará na conjunção desses dois fatores. “Os elementos materiais de uma subversão total são, de um lado, as forças produtivas existentes, e, de outro, a formação de uma massa revolucionária que se revolte, não só contra as condições particulares da sociedade existente até então, mas também contra a própria ‘produção da vida’ vigente, contra a ‘atividade total’ sobre a qual se baseia. Se tais elementos materiais não existem, então, o que se refere ao desenvolvimento prático, é absolutamente indiferente que a idéia desta subversão já tenha sido proclamada uma centena de vezes, como o demonstra a história do comunismo” (Marx 1986). Apesar das reiteradas afirmações de Marx nesse sentido, até pouco tempo o fator humano vinha sendo sistematicamente desconsiderado por setores importantes do marxismo.

⁸ Aqui a questão central gira em torno justamente da forma polêmica como o autor utiliza os conceitos de classe e consciência de classe. Para ele, nenhuma categoria pode ser estática a ponto de não comportar mudanças históricas; por isso a flexi-

FABIANE POPINIGIS

polêmica com Perry Anderson e Tom Nairn (Thompson, 1998), ele critica a falta de flexibilidade do modelo por eles adotado para “julgar” o suposto desajustamento da classe operária inglesa ao mesmo. Não estando de acordo com o modelo “ideal”, a classe operária inglesa teria sucumbido ao reformismo. Para Thompson, entretanto, devemos levar em conta as escolhas e a maneira como resolveram seus problemas. Assim, ainda que tenham se voltado para o que os dois autores classificaram como “reformismo”, isso não deixou de trazer resultados satisfatórios para os trabalhadores. Portanto, os modelos é que deveriam adaptar-se à história, e não o contrário.

A tentativa de desatrelar a história do movimento operário de categorias sociologizantes e modelos estáticos não é tão recente e conta com colaborações pioneiras como o artigo de Michael M. Hall e Paulo Sérgio Pinheiro (cf.: Hall e Pinheiro, 1985): “Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle”. Nessa linha de abordagem, os autores criticam os estudos, então frequentes na produção de história operária, que reduziam as experiências dos trabalhadores a ocorrências a serem ou não encaixadas em categorias e modelos extremamente rígidos criados e delimitados por estudiosos e intelectuais acadêmicos ou, ainda, por militantes e dirigentes. Segundo os autores, a tendência que sustentava essas análises era explicar o comportamento da história pelas suas supostas ausências, como, por exemplo, uma burguesia forte e uma classe operária madura. O objetivo do artigo, portanto, era convocar os historiadores a voltarem-se para o ofício de enriquecer a história da classe operária “como o resultado de lutas concretas”.

Foi também com essa proposta – da necessidade da flexibilização dos “modelos” e tendo como objetivo abordar a “experiência” da classe em

bilidade dos conceitos de seu arcabouço teórico. Tal flexibilidade está ligada à necessária inserção desses conceitos nas diversas realidades históricas específicas, que deveriam ser alcançadas por uma análise cuidadosa da pesquisa empírica. Thompson não perde nenhuma chance de ironizar o dogmatismo: “deveria ter sido de outra maneira, mas foi assim que aconteceu na Inglaterra”. (Thompson 1998).

questão – que Cláudio Batalha analisou, mais recentemente, a situação das associações de trabalhadores cariocas do final do século dezenove. (Batalha, 1999) Ele discute a tradição adotada por grande parte da historiografia de movimentos sociais em eleger como o período de ouro da classe operária aquele após os anos dez do século XX, deixando para os anos anteriores os adjetivos de “infância” ou “pré-história” da classe. Segundo Batalha, é preciso pensar o processo de formação” da classe não como um processo a-histórico, etapista e irreversível, e sim comportando diferentes dinâmicas, sujeito a eventuais revezes, como sendo o “ideal”.

Levando em conta tais prerrogativas, se voltarmos à questão levantada a respeito dos conceitos de “classe em si” e de “classe para si”, mais especificamente em relação aos caixeiros, podemos considerar a condição dos mesmos enquanto classe, com objetivos políticos definidos e como parte do proletariado, enquanto categoria sociológica.⁹ Uma categoria de trabalhadores, determinada enquanto tal não pode ser privada de algum tipo de consciência de si mesma. Por outro lado, veremos que do ponto de vista estratégico, os caixeiros se utilizavam dessas representações na tentativa de corresponder a determinadas expectativas e assim alcançar seus objetivos.

Justamente por isso, os periódicos caixeirais e os discursos de oradores em defesa desta classe procuravam enfatizar o aspecto árduo e cansativo do trabalho no comércio, já que a fidelidade ao patrão e a dedicação ao trabalho eram – do ponto de vista dos negociantes –, atributos essenciais aos

⁹ Nesse caso Bensaïd se posiciona, citando Lênin, para fazer uma análise do lugar dos empregados no comércio na hierarquia do trabalho: “De acordo com a problemática de Lênin, a esmagadora maioria desses empregados: a) não é proprietária de sua ferramenta de trabalho; b) ocupa uma posição subalterna na divisão do trabalho, não exercendo função de autoridade e efetuando – pelo menos um bom número deles – um trabalho manual; c) tem uma renda salarial não raro inferior à do operário qualificado. Por menos que se renuncie à imagem simbólica e ideologicamente carregada de uma classe identificada de acordo com as épocas com o retrato falado do mineiro, do ferroviário ou do metalúrgico, eles pertenceriam portanto em sua grande massa ao proletariado.”(Cf. Bensaïd, *op. cit.* 253).

FABIANE POPINIGIS

que queriam fazer carreira no ramo. Mas, por outro lado, isso não impedia que as malandragens e “patuscadas” dos “moços do comércio” fossem largamente relatadas na literatura do período, muitas vezes de forma hilária, algumas vezes dramaticamente.¹⁰ Os dois tipos de comportamento, não necessariamente contraditórios, faziam parte do cotidiano da vida no comércio.

Portanto, o fato de o caixeiro parecer aderir ao mundo do patrão, como escreveu Martinho, muitas vezes terá sido estratégia utilizada para perseguir objetivos próprios. Ainda que sonhassem ser patrões e trabalhassem para isso, é difícil pensar que os caixeiros identificassem seus objetivos totalmente com os dos patrões, desenvolvendo unicamente solidariedades verticais. Consideremos que a criação das primeiras associações – mesmo que estas não defendessem objetivos políticos formais e explícitos – apontava para a organização dos caixeiros em torno de algum tipo de identidade que os distinguiu de outros trabalhadores. Se os empregados no comércio percebiam a necessidade da criação de associações próprias em torno de seus interesses enquanto categoria, então está claro que existia algum tipo de identificação de interesses em torno da classe.¹¹ Ainda assim, observamos que a primeira grande sociedade que visava atingir objetivos políticos foi compartilhada por empregados e patrões. Era a imponente Associação dos Empregados do Comércio, criada por um patrão e alguns caixeiros em 1881 para lutar por uma legislação que regulamentasse o horário e as horas de trabalho no comércio. No início do século, entretanto, periódicos caixerais e operários criticavam duramente as sociedades em que se misturavam patrões e empregados. Formavam-se outras, que não aceitavam patrões em suas fileiras, possuíam jornais próprios e perseguiram objetivos explicitamente políticos.

¹⁰ No primeiro capítulo da dissertação de mestrado procurei analisar parte dessa literatura. (Cf. Popinigis 1998).

¹¹ Mas não pretendo com isso me referir a uma escala gradativa de consciência de classe como foi definida por Hobsbawm, como visto anteriormente.

3. Os “operários de casaca” e a militância socialista: reforma ou revolução?

O fato de que o emprego no comércio parecia prometer uma carreira e posições hierárquicas mais prestigiadas parecia ter tornado os caixeiros uma classe à parte, que resistia a misturar-se ao “operariado”. Os caixeiros não eram, ou não se viam como, totalmente expropriados porque consideravam fortemente a possibilidade de se tornarem patrões no estabelecimento em que trabalhavam. Mas em 1911 esse sonho parecia estar desmoronando.

Era um momento de mudanças para o movimento caixeiral. O comércio crescia e muitos de seus ramos transformavam-se, afetando diretamente a vida e o trabalho dos caixeiros. Isso fez com que a situação dos empregados no comércio fosse comparada à das classes operárias, categoria à qual passaram a ser incluídos em alguns discursos. Comparava-se, inclusive, a mudança do estado social do caixeiro àquela que transformara em operário assalariado o oficial artesão. (Cf.: Popinigis, 1998)¹²

Sem a esperança de ascensão social, que era o que lhes parecia mais vantajoso em relação às classes operárias, os caixeiros afirmavam sentir-se ainda mais explorados do que as demais categorias de trabalhadores. Até então a profissão de caixeiro era considerada apenas o estágio inicial de uma sucessão de posições hierárquicas no trabalho de uma casa comercial. Ou seja, o “estado” de caixeiro seria passageiro e por isso ele poderia suportar tantos sofrimentos, que lhe possibilitariam chegar ao posto almejado: o de patrão. Depois, a relação se reproduziria entre o novo patrão e seus caixeiros. Os jornais descreviam essa relação incansavelmente. Naquele ano, porém, culpavam o grande comércio, os grandes “trusts”, os grandes capitais e as novas técnicas de comércio, mais aprimoradas e mais impessoais, por não mais possibilitarem ao empregado tornar-se patrão. Esta impossibilidade co-

¹² Segundo Hobsbawm, o período de transição da indústria artesanal para a manufatura foi o período de maior exploração dos operários qualificados, que trabalhavam com a mesma moral artesã sob um regime de exploração extensiva da mão de obra nas manufaturas. Em Hobsbawm 1981.

FABIANE POPINIGIS

meçava a ser engendrada pelos novos moldes em que se estabeleciam as relações de trabalho nas casas comerciais com muitos empregados, os quais não dispunham mais dos supostos “benefícios paternalistas” que a casa do patrão e a proximidade a este supostamente lhes proporcionara. Assim sendo, a contrapartida a tais “benefícios” (como as jornadas extensas, a fidelidade e a dedicação), também poderia ser considerada não apenas obsoleta, mas sobretudo “improdutiva” para os objetivos de ascensão social dos caixeiros.

Ao menos era para o que apontavam os depoimentos de caixeiros na grande imprensa, que procuravam ressaltar o aspecto de “proletarização” dos trabalhadores no comércio pela impossibilidade de um dia se tornarem patrões. Ao aderir a esse discurso tinham um objetivo claro: conquistar a opinião pública e pressionar os vereadores da Câmara Municipal para que votassem a favor do fechamento das casas comerciais em horário determinado. Essa mudança na perspectiva de vida dos caixeiros, tão propalada pelo discurso dos mesmos, não passou despercebida pelas organizações e jornais operários do período:

“A atual situação do caixeiro é a herança de um estado social que morreu: aquele em que todo o menino, o rapaz, o homem que se fazia caixeiro, podia alimentar a esperança de vir a ser patrão. Com essa esperança e com a quase certeza dessa mudança de posição, podia o caixeiro suportar a vida de forçado a que se submetiam: era uma pena transitória, que seria compensada.”¹³

Ao acordar com o discurso caixeiral sobre a suposta “nova” posição dos mesmos na hierarquia do mundo do trabalho as organizações operárias vislumbravam a possibilidade de arrebanhar mais companheiros para a sua causa:

“Mas, com o correr dos tempos a situação social do caixeiro mudou inteiramente, assim como havia mudado a do operário...”

Assim, a classe caixeiral passou a ser uma das muitas classes operárias, devendo reivindicar para si as regalias das outras. ...

¹³ *A Vanguarda*, 08 de julho de 1911.

Uma vez que ser caixeiro não é mais um ‘meio’(sic), e sim um ‘fim’, é preciso que este se emancipe de uma tutela que não tem razão de ser, que o seu trabalho salariado seja equiparado ao das demais classes laboriosas e, que, como qualquer operário, não trabalhe mais de oito horas por dia: assim terá tempo para se instruir, divertir, viver e espalhar a vida – constituir família. A sua situação ainda é a do servo, do escravo.”¹⁴

Assim, para o autor do texto, que se identifica como “um ex-caixeiro” a situação daqueles estava aquém do operariado em geral, sendo comparável, inclusive, à dos escravos. Reitera-se a situação de mudança na posição social da classe caixeiral, quando o autor afirma que ela teria passado a ser “uma das muitas classes operárias”. Segundo ele, essa mudança deveria ser acompanhada por uma nova posição política dos caixeiros em relação às suas reivindicações trabalhistas. Observamos afinal, que a utilização do termo “classe” era comum no período referido para designar os empregados no comércio. Aqui ele vem acompanhado de definições que delineiam um perfil próprio e que o justificam como tal. Ou seja, a classe caixeiral anteriormente tinha interesses próprios e específicos que os separavam das demais classes operárias. Tal especificidade era justamente a possibilidade de participação futura no sistema de dominação capitalista através de sua ascensão social na hierarquia do comércio. Essa possibilidade era, segundo o discurso da militância operária que procurava doutrinar os caixeiros, o que os levava à prática de uma política reivindicativa reformista. Mas a situação supostamente “privilegiada” dos caixeiros não existia mais – o caixeiro teria se transformado em um operário do comércio, que nunca sairia da condição de simples assalariado – e, portanto, o reformismo político institucional não mais lhes cabia.

Sem a possibilidade de ascensão os caixeiros estariam em posição muito inferior à de outras categorias de trabalhadores em relação às conquistas políticas. Segundo o autor da carta o operário também já passara por situação semelhante, mas lutara e conseguira reduzir seu trabalho às oito

¹⁴ Idem.

FABIANE POPINIGIS

horas diárias. Os caixeiros deveriam, portanto, seguir aqueles passos, passando por estes estádios de desenvolvimento. O problema seria que eles continuassem agindo da mesma forma que anteriormente para obter melhorias na sua posição social. Para a militância operária e seus jornais, os caixeiros estariam atrelados ao poder municipal, esperando que a legislação resolvesse um problema de luta de classes. Embora muitas vezes exaltassem o movimento caixeiral, elogiando sua organização e atividade e a criação e manutenção de periódicos próprios, criticava-se-lhes a dependência em relação aos patrões, representada pela formação de associações mistas e pelo esforço em manter o movimento dentro dos preceitos legais.

Nas palavras de um operário, publicadas em *O Paiz*, os caixeiros tinham uma postura ambiciosa e ingênua ao mesmo tempo; ambiciosa porque almejavam alcançar a posição de patrões, mesmo que tivessem que sacrificar seus companheiros. Ingênua porque não avaliavam a situação em que se encontravam: poucos poderiam chegar ao ponto almejado e o mais provável é que servissem eles mesmos de degraus para a escalada de outros. Para esses problemas, mais uma vez aconselhava-se que se espelhassem na luta operária:

“Chamais aos comerciantes de carranças; permiti que eu vos aplique esse título, pois que, ao passo que a mocidade operária luta para reivindicar por si e para si os bens a que tem direito, tendo em vista a máxima de Carl Marx – que a emancipação do proletário será obra do mesmo proletário – a mocidade caixeiral (proletários), que absolutamente não são analfabetos (sic), entrega a outros a defesa de um direito que não deveis pedir, mas sim exigir.”¹⁵

Radicalizando o discurso, este militante operário faz uma dura reprimenda à “mocidade caixeiral”, novamente criticando o que considerava uma política reformista e comprometida. Depois de desaprovar a campanha legalista, o autor do texto refere-se à idéia de Marx a respeito da emancipação completa do proletariado (categoria na qual incluiu os caixeiros) por ele mesmo. No caso dos caixeiros, mais especificamente, isso significaria uni-

¹⁵ *O Paiz*, 17 de julho de 1911.

rem-se entre si e juntarem-se aos operários em torno da causa da emancipação do proletariado, ao invés de esperar “favores” vindos dos patrões e/ou dos poderes públicos.

Ao fazer a associação da mocidade caixeiral com a categoria de “proletários”, podemos pensar em duas alternativas em relação às intenções do autor do texto.¹⁶ É possível que ele tenha procurado afirmar a potencialidade da classe caixeiral para a consciência proletária (expropriados o suficiente para tanto), embora a consciência da mesma ainda não estivesse de acordo com sua posição objetiva. Por outro lado, pode ser que ele quisesse apontar para a tão propalada mudança na posição social dos caixeiros naquele momento. Nesse caso o autor estaria se referindo a um suposto processo de “proletarização” da classe caixeiral, limitando-se ao sentido de pauperização e exploração dessa categoria. De qualquer forma, aqui o operariado novamente desponta como a vanguarda da almejada luta proletária, já que este, segundo o autor da carta, estava um degrau acima da classe caixeiral em relação à posição “política” da classe (posição essa qualificada por ele como “por si e para si”). Por fim, os caixeiros deveriam se organizar e se unir em torno de sua condição de proletários, ao invés de se dividir pela hierarquia da profissão.

Portanto, para os “operários” que escreviam sobre o movimento caixeiral na imprensa, se, por um lado, os empregados no comércio tinham o mérito de um movimento bem organizado e aglutinador, por outro, estavam em desacordo com sua posição de classe, porque almejavam alcançar a posição burguesa. Ao invés de participar da luta coletiva do operariado pela emancipação das classes trabalhadoras, os caixeiros estariam desenvolvendo uma luta considerada reformista e legalista, porque se viam como uma classe à parte. Justa-

¹⁶ Daniel Bensaid, fazendo uma análise da teoria marxista da luta de classes, remete aos comerciários, que participam da reprodução, da esfera da circulação do capital. Ou seja, trazem valor excedente ao empregador e são submetidos a condições de exploração comparáveis às que suportam os trabalhadores da esfera da produção. Caem, portanto, sob a mesma determinação de classe, podendo assim ser incluídos no proletariado (Bensaid, *op. cit.* 159).

mente por se considerarem mais próximos da posição de seus patrões, estariam prontos a assumir seu papel na ordem burguesa, ao contrário de pretender subvertê-la. Como neste número de *A Guerra Social*, publicação anarquista:

“Dos movimentos que surgiram ultimamente, o dos empregados no comércio foi, sem dúvida nenhuma, o que tomou maiores proporções, e do qual mais se falou.

É este um dos grêmios que, apesar de estar em direto contato com a burguesia pretende passar por classe média, embora seja a classe mais explorada e escravizada que hoje existe.”¹⁷

Os caixeiros são mais uma vez criticados pelo seu comportamento “burguês” e sua relutância em aceitar sua posição de classe. Inconformado, o anarquista procurava “abrir os olhos” da classe caixeiral para a sua situação de explorada, insistindo ainda em classificar a mocidade do comércio como “proletários”:

“Ninguém ignora os direitos que a estes proletários assistem (sic) nas suas reclamações. Eles se acham em condições piores que as dos outros operários; não têm o direito de viver, de gozar, nem de apreciar a vida, e sim, de gastar a saúde, depauperar-se, enriquecendo os exploradores”.¹⁸

Apesar de todas as suas críticas, o autor do artigo considera válidas as reivindicações dos caixeiros e sua argumentação de que suas condições eram piores do que as dos operários, desde que não houvesse mais possibilidade de ascensão na hierarquia do comércio. Mas, para os militantes que publicavam seus textos em periódicos operários, a união da classe na luta política contra os patrões, baseada nas instituições era o primeiro momento na evolução da luta dos trabalhadores contra os “grandes acionistas” e “grandes capitalistas”. Só essa luta poderia alçá-los a um objetivo mais consistente, que fosse além do simples reformismo. Nem mesmo isso os caixeiros estavam conseguindo, pois os operários já haviam conquistado o limite das oito horas de trabalho, en-

¹⁷ *A Guerra social*, 29 de junho de 1911.

¹⁸ *Idem*.

quanto os caixeiros ainda lutavam pelas doze horas. Mesmo se obtivessem essa conquista, segundo o autor do texto, sua situação não seria melhor:

“As reclamações que até agora fizeram são mais do que moderadas e humildes: mesmo que consigam alguma coisa, pois essas melhoras aparentes pouco ou nada adiantam.

O proletariado em geral e a classe caixeiral em particular, devem ter em conta que, enquanto subsistir o atual estado de coisas, a situação de um e de outros pouco se modificará.

É necessário trabalhar pela greve geral revolucionária, que, trazendo consigo a expropriação capitalista (sic), derrubará de uma vez e para sempre, este regime de podridão e miséria.”

Para o autor as reclamações “moderadas e humildes” dos caixeiros poderiam realizar apenas “reformas aparentes”, que de pouco ou nada adiantariam. Por isso, o objetivo dos caixeiros deveria estar para além do reformismo, na superação do regime capitalista de “podridão e miséria”. Os meios para isso, a “greve geral revolucionária” – conhecido método das organizações de sindicalistas revolucionários – e a expropriação capitalista.

4. Conclusão

No período analisado é notável uma certa aproximação e comunicação entre os operários e caixeiros: com o decorrer dos anos as associações caixerais passaram a ter uma organização mais classista e sua luta política se tornava mais institucionalizada. Pode-se perceber que os poucos periódicos operários e anarquistas existentes em 1911, no Rio de Janeiro, transpareciam relativa simpatia pelo movimento dos empregados no comércio. Chegavam a referir-se a eles como companheiros de classe e proletários – ainda que, por outro lado, não cessassem de apontar para o estádio de consciência e ação revolucionárias, considerado mais atrasado em relação ao dos operários.

Do lado dos caixeiros a situação também não era simples, porque ambígua: em geral consideravam-se superiores aos trabalhadores manuais na hierarquia do trabalho, o que não lhes tornava o labor menos cansativo. A

própria jornada de trabalho era, em geral, mais longa do que a de qualquer operário. A maioria deles sabia ler e escrever e muitos dominavam a contabilidade e a administração das contas dos patrões, quando este último era incapaz. Consideravam-se, portanto, cultural e socialmente superiores aos trabalhadores braçais em geral. Pretendiam distinguir-se deles e talvez por isso aproximassem seus hábitos dos hábitos “burgueses”, associados aos comerciantes estabelecidos. Como estratégia de propaganda, porém, equipararam-se ao operariado, naquele momento, enquanto “obreiros do progresso”.

Porém, para grande parte do movimento caixeiral, o discurso de proletarização e a proximidade da militância operária pode não ter significado uma perspectiva de mudanças na estratégia de luta e barganha. Ao contrário, teria representado a possibilidade de forte argumento a ser utilizado para influenciar a opinião pública como instrumento de pressão aos representantes da Câmara Municipal. Em suma, tal discurso pode ser pensado como mais um meio de lutar pelo fechamento das portas sem sair da legalidade. Isso, portanto, diferenciava-se da proposta feita pelos militantes anarquistas e socialistas, de radicalização e autonomia do movimento em relação às classes patronais e de união com os operários.

Tanto operários quanto caixeiros baseavam-se na argumentação que apontava para a “proletarização” da classe caixeiral, mas, embora utilizassem o mesmo discurso, os objetivos que cada um dos dois grupos almejava alcançar através dele eram bem diferentes.

Manipulada, portanto, pelos dois grupos, a idéia da impossibilidade de ascensão social no comércio foi argumento sempre presente na questão do fechamento das portas. Se militantes operários utilizavam-se dela para tentar envolver os caixeiros na ação mais geral do movimento operário, representantes da chamada classe caixeiral usavam-na com a função de se lastimar aos poderes públicos, tornando mais urgentes suas reivindicações. A adoção dessa retórica tanto pela imprensa diária como pelos jornais operários tornou-se importante instrumento reivindicativo para os defensores do fechamento das portas.

É importante frisar, entretanto, que a aparente “recusa” das organizações caixerais e seus representantes a “adaptar-se” ou mesmo a adotar o modelo de ação política do movimento operário de orientação socialista ou anarquista não pode ser interpretada como “apatia”. Em 1906 os caixeiros fizeram o movimento pelo fechamento das portas ganhar as ruas, estendendo-se para várias categorias de empregados no comércio, intimidando e usando a força para fazer os patrões diminuíssem suas horas de trabalho. (Cf.: Popinigis, 1998) Já em 1911 eles queriam um contrato legal para conquistas que haviam sido arrancadas a duras penas ao longo dos anos, mas que viviam sob a ameaça de retrocesso. Exigiam uma garantia legal e institucional, que não pudesse ser revogada ao bel prazer de cada patrão. Em maior número e mais bem organizadas, as associações caixerais e seus representantes mudaram de estratégia e adotaram a propaganda e a ação legal como meios para chegar a ao seu objetivo. Tais escolhas não fornecem argumento suficiente para relegar o movimento à condição de “pré-político”, ao contrário daquilo para o que aponta a parca bibliografia existente e o significativo silêncio em relação ao mesmo.

Além disso, nem o movimento caixeiral e a estratégia legalista que foi adotada eram unívocos, nem a chamada classe caixeiral era homogênea. Tampouco estavam de acordo a respeito do conteúdo do projeto de lei, que, quando aprovado, passou longe de beneficiar todas as categorias de empregados no comércio. Não devemos, portanto, julgar aqueles que passaram seus dias lutando para mudar seu destino e dos que viriam depois deles pelas lacunas em seu discurso.

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe. “Proletários e escravos: imigrantes Portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872”. *Novos Estudos – Cebrap*, São Paulo, n.21, 1988.

BATALHA, Cláudio H. “A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e tendências” IN: *Historiografia Brasileira em Perspectiva*, São Paulo, Contexto, 1998.

BATALHA, Cláudio H. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

_____. "Sociedades de trabalhadores no RJ no séc.XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária". *CADERNOS DO AEL*, n. 10/11, Campinas, 1999.

BENSAÏD, Daniel. *Marx, o intempestivo – Grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

CRUZ, Maria Cecília. "Tradições negras na formação de um sindicato: sociedades de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-130". *Afro-Ásia*, Rio de Janeiro, n. 24, 2000.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo/Rio de Janeiro, Vértice/I.U.P.E.R.J, 1988:

GRAMSCI, Antonio. *Consejos de fábrica y estado de la clase obrera*. México, Ed.Roca, 1973.

_____. *Maquiavel e a política do estado moderno*. Rio de

Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle". *Remate de Males*. Campinas, IEL/UNICAMP, n. 5, 1985.

HOBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª ed., 1987.

_____. *Trabalhadores*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

LUKÁCS, György. *Per l'ontologia dell'essere sociale*. Roma, Editori Riuniti (trad. para o italiano de Alberto Scarponi; trad. para o português de Ivo Tonet), Maceió, Universidade Federal de Alagoas, 1981.

MARTINHO, Lenira Menezes. "Caixeiros e pés-descalços: conflitos e tensões em um meio urbano em desenvolvimento" IN: MARTINHO, Lenira Menezes e GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

MARX, Karl. *As lutas de classes na França (1848-1850)*. São Paulo, Global, 1986.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich. *A Sagrada Família*. São Paulo, Moraes, 1987.

MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Krugelmann*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 6ª ed., 1997.

MARX, Karl e ENGELS Friederich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Hucitec, 11ª ed., 1999.

MÉSZÁROS, István. *Filosofia Ideologia e Ciência Social - Ensaio de negação e afirmação*. São Paulo, Ensaio, 1993.

POPINIGIS, Fabiane. *Trabalhadores e Patúscos: Os caixeiros e o movimento pelo fechamento das portas no Rio de Janeiro (1850-1912)*. Dissertação de Mestrado em História Social do Trabalho, Campinas, IFCH/UNICAMP, 1998.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata Galegos - Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo, Brasiliense: 1989.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

_____. *Tradición, revuelta y consciencia de clase - Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona, Editorial Crítica, 1989.

_____. *Costumes em Comum*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998A.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, Textos didáticos n.10, IFCH/UNICAMP, Setor de Publicações, 1998B.

WOOD, Ellen Meiksins. "Falling Through the Craks: E. P. Thompson and the Debate on Base and Superstructure" IN: KAYE, Harvey and MCCLELLAND, Keith. *P. Thompson - Critical Perspectives*. Philadelphia, Temple University Press, 1990.